



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 8 de fevereiro de 2025

| Bolsas | Pontuação B3 | Dólar | Salário mínimo | Euro | CDI | CDB | Inflação |
|--------------------|---------------------------|--|----------------|---------------------------------|--------|----------------------------|---|
| Na sexta-feira | Ibovespa nos últimos dias | Na sexta-feira | Últimos | Comercial, venda na sexta-feira | Ao ano | Prefixado 30 dias (ao ano) | IPCA do IBGE (em %) |
| 1,27% São Paulo | 125.147 | R\$ 5,793 (+ 0,52%) | R\$ 1.518 | R\$ 5,986 | 13,15% | 13,23% | Agosto/2024 - 0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 |
| 0,99% Nova York | 124.619 | 3/fevereiro 5,816 4/fevereiro 5,772 5/fevereiro 5,794 6/fevereiro 5,763 | | | | | |
| | 4/2 5/2 6/2 7/2 | | | | | | |

GASTOS PÚBLICOS

O ministro do Desenvolvimento Social informou que o valor da Bolsa Família aumentaria. Mercado reagiu mal às declarações, com alta do dólar e queda da Bolsa. Em nota, Casa Civil informou que tema “não está na pauta do governo”

Planalto e Fazenda desautorizam Dias

» MAYARA SOUTO
» VICTOR CORREIA
» IAGO MAC CORD*

Às vésperas de uma reforma ministerial e em meio às investigações sobre fraudes relacionadas à sua pasta, o ministro do Desenvolvimento Social Wellington Dias falou demais e deixou escapar que o governo estuda medidas que iriam aumentar ainda mais o gasto público. A fala irritou o Planalto e fez a Casa Civil entrar em cena para negar.

Em entrevista à agência de notícias Deutsche Welle, publicada na tarde de ontem, Dias afirmou que o governo estuda aumentar o valor do Bolsa Família — o que foi mal recebido pelo mercado. “Como nós trabalhamos com uma perspectiva de um ano inteiro, vamos ter que reunir todo mundo da Caisan (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) para tomar uma decisão dialogando com o presidente, porque isso repercute. Será um ajuste? Será um complemento na alimentação?”, comentou Dias. Questionado se o reajuste é uma opção, ele respondeu: “Está na mesa. A decisão vai ser tomada até o final de março”. A fala pegou o governo de surpresa.

Em resposta, o Planalto divulgou uma nota, horas depois, negando a possibilidade de aumento. “A Casa Civil da Presidência da República informa que não existe estudo no governo sobre o aumento do valor do benefício do Bolsa Família. Esse tema não está na pauta do governo e não será discutido”, informou o texto, enviado à imprensa pela

Casa Civil e pela Fazenda.

A declaração do ministro contribuiu para o fechamento do dólar em R\$ 5,793, com alta de 0,52%, e queda de 1,27% do Ibovespa, índice da Bolsa de São Paulo. Houve pressão também pelo cenário externo, com temores sobre a guerra de tarifas promovida pelo governo Trump, dos Estados Unidos.

Um aumento no Bolsa Família necessitaria de mudanças no Orçamento de 2025 para ser implementado, e representaria mais gastos para o governo, na contramão do ajuste fiscal cobrado por operadores do mercado. O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) deste ano, em tramitação no Congresso, prevê o total de R\$ 167,2 bilhões para o Bolsa Família. A elevação do valor do benefício significa mais pressão inflacionária.

Ruído

As declarações do ministro Dias irritaram o Planalto porque ocorreu num momento em que o governo busca alinhar o discurso e reverter o baque causado pela inflação em sua popularidade. Ao longo da semana, alguns de seus ministros, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vêm minimizando os impactos da alta de preços e dizendo que a inflação está sob controle. Também faz parte da estratégia, o anúncio de boas notícias para a população.

Ontem, por exemplo, Lula sinalizou que, semana que vem, vai anunciar medidas que ampliam o acesso a crédito para a população. Seus auxiliares, por outro lado, comentaram sobre o cenário econômico e atribuíram a alta dos preços ao dólar e aos

Fábio Rodrigues/Agência Brasil



Dias disse que o governo estuda reajustar o Bolsa Família, destoando do discurso do governo

impactos do clima na safra anterior. Fizeram ainda comparações com a gestão de Jair Bolsonaro.

“A minha tese é a seguinte: muito dinheiro na mão de poucos, significa miséria de muitos. Agora, pouco dinheiro na mão de todos significa melhorar a vida de todo o povo brasileiro”, declarou Lula ao prometer mais medidas de crédito.

“Vamos fazer muitas políticas de crédito neste país porque, na hora em que o dinheiro começa a circular na mão das pessoas, ninguém aqui vai comprar dólar, ninguém vai depositar no exterior. Vocês vão comprar comida, roupa, material escolar. E vocês vão melhorar a vida de vocês”, acrescentou.

O governo tenta correr atrás do prejuízo causado pela alta inflação. Na semana passada, pesquisa Genial/Quaest mostrou que a avaliação negativa do petista superou pela primeira vez a positiva: 37% contra 31%. O entendimento no governo é que, apesar de haver resultados econômicos positivos, as melhorias não estão sendo percebidas na vida dos cidadãos, ofuscadas pelo aumento do custo de vida.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também atua para minimizar a percepção negativa. Em entrevista ontem à Rádio Cidade, de Caruaru (PE) o titular argumentou que não dá para “corrigir sete anos de má administração em dois”, citando que os

governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro mantiveram o salário mínimo sem aumento real, e que Lula reverteu essa política em seu novo mandato. Sobre o preço dos alimentos, Haddad atribuiu parcialmente ao alto patamar que o dólar atingiu no final do ano passado e disse esperar uma redução nas próximas semanas.

“Se o produtor aqui está recebendo mais em reais em virtude do dólar ter se apreciado, isso acaba tendo impacto nos preços internos. Então, a política que estamos adotando para trazer esse dólar para um patamar mais adequado também vai ter reflexos nos preços nas próximas semanas”, comentou Haddad.

Haddad aproveitou ainda

para reiterar críticas ao patamar dos juros, que subiram para 13,25% na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central — primeira sob a gestão de Gabriel Galfpelo, indicado pelo presidente Lula. Apesar de reconhecer que é necessário elevar os juros em momentos de alta na inflação, ele avalia que o rumo atual, com perspectiva de aumento para 14,25% na próxima reunião, está exagerado. “É como antibiótico, não pode tomar nem menos e nem mais. Política monetária tem que ter sabedoria, não pode jogar o país em uma recessão”, acrescentou.

Também saiu em defesa de Lula o ministro da Casa Civil, Rui Costa, em entrevista à Rádio Metrópole, da Bahia. “O que eles esquecem de dizer são duas coisas: primeiro, se você comparar a inflação de alimentos dos dois anos do governo Lula, ela é infinitamente menor do que nos quatro anos do governo Bolsonaro. Ou seja, se comparar, não fica de pé esse argumento, porque os preços em 2023 caíram”, respondeu o titular ao ser questionado sobre a alta nos preços. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação acumulada de alimentos entre 2019 e 2022 foi de 46,24%. O período foi marcado por uma inflação generalizada pelos efeitos da pandemia da covid-19 e da guerra entre Rússia e Ucrânia. Já nos dois primeiros anos do governo Lula, a inflação acumulada dos alimentos foi de 8,8%.

*Estagiário sob supervisão de Edla Lula

» Entrevista | DUARTE JR. | DEPUTADO FEDERAL



QR code para entrevista com duarte junior

“A gente precisa de sensatez”

» EDUARDA ESPOSITO
» RAPHAEL PATI

O novo relator na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 7.419/2006, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), faz pressão e articulação política para votá-lo. Em entrevista ao podcast do Correio, o parlamentar explicou o porquê da urgência. A seguir, trechos da conversa.

O que motivou a unir os projetos sobre planos de saúde?

Vários parlamentares estão debatendo a temática dos planos de saúde, da garantia do acesso à saúde, de uma terapia, de um atendimento com dignidade às pessoas. Por isso que tantos projetos foram conectados. Esse projeto principal (PL 7419), tramita há mais de 18 anos.

O que o seu relatório diz?

Apresentamos um relatório para harmonizar as relações, trazendo direitos ao consumidor, direitos ao usuário de saúde e, também, atendendo demandas dos serviços dos setores de prestadores de serviços como hospitais e planos de saúde. Ou seja, na nossa avaliação, é um projeto que traz melhorias

e respostas a todos os problemas que existem nessa relação.

O que o projeto prevê no caso de temas muito específicas, como a aquisição de remédio para pessoas com doenças raras, ou até mesmo para terapias para jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Nós, ouvindo o setor, apresentamos uma proposta de criação de um consórcio para aquisição de medicamentos reunindo público e privado. O SUS reúne o público, privado, está no artigo 196 da Constituição Federal. Então a nossa proposta é criar esse consórcio onde todos vão adquirir medicamentos na mesma fonte. Assim, comprando em grande escala, o valor já vai reduzir.

Reprodução/CB



As operadoras aprovam esse projeto?

Eu conversei com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e pedi a ele que pudesse liderar esse processo. Porque se é um projeto que tramita há 18 anos e nenhum presidente na história teve a coragem de enfrentar e resolver o problema, se ele enfrenta, é claro que vai trazer esse

mérito para ele, que é o justo. Infelizmente da forma como está andando, não caminha, não avança porque a cada momento se vem uma crítica a algo que não é claro.

Como está a articulação na Câmara, com os partidos e bancadas?

Política tem que ser tratada com coerência. E infelizmente

vemos essa briga boba de direita a esquerda, essa briga ideológica que não está levando o Brasil a lugar nenhum. Temos que mudar os rumos do nosso país, só vamos conseguir mudar com coerência, entendendo que é importante um projeto de plano de saúde para toda a sociedade brasileira.

O senhor percebe que há uma construção positiva para levar esse projeto à frente?

Foram ideias que vieram do setor de planos de saúde. Eu me permito ouvir. E o que a gente precisa para avançar é sensatez, esse bom senso e capacidade de dialogar com aquele que muitas vezes não concorda contigo. E que também eles possam ouvir, que em determinados pontos, eu não posso aceitar. Eu exponho que não posso aceitar a rescisão na parte do contrato. Eu não posso aceitar que uma pessoa pague por um plano e ele não atenda. O Ministério da Saúde é negligente quando se trata do assunto de plano de saúde. E negligenciar o atendimento de plano de saúde é negligenciar também um bom andamento do SUS.

Esse projeto também regulamenta a questão do ressarcimento do reembolso por parte das operadoras ao SUS,

certo?

Esse atraso nesse repasse acaba prejudicando a prestação do serviço. Então é preciso haver uma organização maior e melhor para que essas compensações, esses pagamentos, possam ocorrer no tempo certo e não inviabilizar a prestação de serviço.

O projeto quer estabelecer como regra para acompanhamento?

Quanto a essa questão dos acompanhantes, tanto idosos quanto para pessoas com deficiência, já são garantias legais de que exista esse acompanhamento. A linha geral é que esse acompanhamento não pode vir a prejudicar o atendimento. Por exemplo, em um momento de uma cirurgia, se colocar em risco a vida do paciente, aquele acompanhante ele vai ter que se afastar um pouco para que os profissionais da saúde possam fazer esse atendimento. Mas todo processo de transparência, o que já foi conquistado, não haverá nenhum tipo de retrocesso, como por exemplo, até a questão do rol exemplificativo da ANS. Muitos falam: “Olha, a nova lei de proteção de saúde vai mexer nesse rol”? Em hipótese alguma. O rol exemplificativo é uma conquista histórica, não tem porque mudar esse rol.